



LXV Fórum consolida troca de experiências entre os estados e fortifica parceria com o governo federal

O compartilhamento de idéias e soluções que transita entre as secretarias estaduais ganha mais espaço no âmbito do governo federal. Depois da experiência bem sucedida da elaboração, em conjunto com o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG), do anteprojeto de lei de licitação 8.666/93, agora é a vez de a parceria ser

firmada para a elaboração da proposta que regula o direito de greve do servidor. Durante o Fórum realizado nos dias 8 e 9 de março em Brasília, o ministro do Planejamento, Paulo Bernardo, esteve presente e convidou o Consad a realizar mais este estudo em conjunto com o governo federal.



Nesta edição

Lei de Licitação

Confira o andamento do projeto de lei elaborado para substituir a atual 8.666.

Página 5

Direito de greve do servidor

Ministério do Planejamento e Consad juntos sobre o direito de greve do servidor.

Página 6

Economia

Grupo de Trabalho de Passagens e Diárias avança no estudo e negocia com Cia aérea.

Página 7

PRÓXIMO FÓRUM

LXVI Fórum Nacional de Secretários de Estado da Administração



14 e 15 de junho de 2007
Gramado (RS)



Geraldo de Vito Junior
Presidente do Consad

Após um mandato à frente do Consad, afirmo que conseguimos alcançar e superar as metas traçadas para o período. Os resultados dos estudos desenvolvidos pelos Grupos de Trabalho surpreenderam e foram além da esfera de discussão estadual na qual estamos inseridos.

A discussão de temas que primam pela economia, transparência e otimização dos serviços públicos,

bem como a atuação decisiva nas matérias pertinentes à Gestão Pública discutidas em âmbito nacional, ensejou o Consad em sua consolidação como entidade de respeito e como um dos conselhos mais atuantes no meio político, cuja participação se tornou imprescindível nos círculos de discussão nacional quando o tema é Gestão Pública. Toda essa projeção nacional é fruto da dedicação, interesse e conhecimento de todos os conselheiros, que romperam barreiras e agora se preparam para novos desafios.

Durante o Fórum do Consad, realizado nos dias 8 e 9 de março em Brasília, pudemos constatar o quanto juntos, nós, estados, nos tornamos 24 vezes mais eficazes.

Exemplos não nos faltaram para constatar tal fato. O projeto sobre licitações encaminhado pelo

Ministério do Planejamento à Câmara comporta praticamente 90% dos itens desenvolvidos pelo Consad acordados com este Ministério. O resultado do estudo desenvolvido pelo GT de Compras de Passagens, Diárias e Afins irá gerar uma economia de até 70% para os estados. O Grupo de Gestão de Pessoas surpreendeu; além de dar subsídios e parâmetros aos estados sobre vários tópicos relacionados à gestão de pessoas, elaborou uma proposta sobre direito de greve do servidor que será finalizada em conjunto com o Ministério do Planejamento.

Portanto, as informações aqui produzidas ganharam espaço e hoje estão sendo discutidas e utilizadas nas mais diferentes esferas de governo, uma vez que várias sementes por nós plantadas se encontram em pleno desenvolvimento. Colher os frutos desse trabalho é ver, de fato, a economia e a transparência da gestão pública acontecendo.

Aproveito a oportunidade para agradecer a confiança depositada em mim pelos colegas ao me reconduzir à condição de presidente deste conceituado Conselho e aproveito o ensejo para desejar as boas-vindas aos novos secretários estaduais.

Por fim, conclamo todos os membros do Consad, principalmente aqueles que ora cerram fileiras conosco, a continuar trilhando o caminho na busca pela boa gestão pública, com o intuito de melhor atender à sociedade, permitindo a esse fórum engrandecer-se cada vez mais na condição de interlocutor maior dos anseios das unidades federadas naquilo que é pertinente à Gestão Pública.

EXPEDIENTE

Jornal do Consad

Informativo do Conselho Nacional de Secretários de Estado da Administração
SRTVS - Qd. 701 - Lote 4 - Bl. O - Entrada A
Salas 128/130 - Brasília-DF
Iraci G. Nunes - Secretária Executiva
Site: www.consad.org.br
E-mail: consad@consad.org.br
Fone: 61 - 3226 6569 / 8151 5150

Geraldo de Vito Junior - Mato Grosso

Presidente do Consad

Ricardo de Oliveira - Espírito Santo

1º Vice-Presidente do Consad

Paulo Cesar de Oliveira Jr. - Rio Grande do Norte

2º Vice-Presidente do Consad

Junta Fiscal:

Maria Marta R. W. Lunardon - Paraná
Paulo Henrique Saraiva Câmara - Pernambuco
Ana Lucíola Vieira Franco - Roraima

Membros do Colegiado:

Clovis Alves de Melo e Silva - Acre
Adriano Soares da Costa - Alagoas
Haroldo Vitor de Azevedo Santos - Amapá
Redomarck Nunes Castelo Branco - Amazonas
Manuel Vitorio da Silva Filho - Bahia
Silvana Maria Parente Neiva Santos - Ceará
Ricardo Pinheiro Pena - Distrito Federal
Manoel Xavier Ferreira Filho - Goiás
Maria Helena Nunes Castro - Maranhão
Thie Hugser V. Santos - Mato Grosso do Sul
Renata Maria Paes de Vilhena - Minas Gerais

Maria Aparecida Barros Cavalcante - Pará
Gustavo Maurício F. Nogueira - Paraíba
Maria Regina Sousa - Piauí
Sérgio Ruy B. Guerra Martins - Rio de Janeiro
Maria Leonor Luz Carpes - Rio Grande do Sul
Valdir Alves da Silva - Rondônia
Antônio Marcos Gavazzoni - Santa Catarina
Sidney Beraldo - São Paulo
Jorge Alberto Teles Prado - Sergipe
Sandra Cristina Gondim de Araújo - Tocantins

Jornalista Responsável:

Luciana Lima - (61) 8407 9850
jornalismo10@hotmail.com

Diagramação - Jorge Ribeiro
contato@eclatcomunicacao.com.br

LXV Fórum Nacional de Secretários de Estado da Administração



Brasília foi a cidade escolhida para sediar o LXV Fórum do Conselho Nacional de Secretários de Estado da Administração (Consad). A capital, que também busca em seu novo governo uma gestão mais eficiente, recebeu nos dias 8 e 9 de março de 2007 um dos maiores fóruns já realizados pelo Conselho em termos de representação: 24 estados.

Durante a cerimônia de abertura, Geraldo de Vitto, presidente do Consad e secretário de Estado da Administração de Mato Grosso, ressaltou o papel da entidade em compartilhar experiências e propor soluções para os estados. Sobre a atuação do Conselho, De Vitto lembrou do período da tramitação da Emenda Constitucional 41, de 2004, em que o Consad teve uma participação decisiva na mobilização das bancadas estaduais para derrubar as emendas que eram prejudiciais aos estados.

Durante os dois dias de evento, todos os Grupos de Trabalho do Consad apresentaram um balanço de



Cerimônia de abertura - apresentação da Orquestra de Cordas da Universidade de Brasília (UnB)

suas ações. E foi exatamente sobre essas ações que, em seu discurso, o vice governador de Brasília, Paulo Octávio, se fixou. Após discorrer sobre a nova política de gestão da capital, o vice-governador se mostrou impressionado, por ser este o Sexagésimo Quinto Fórum do Consad, “esse número representa a firmeza de idéias e de resultados dos trabalhos realizados pelo Conselho”, afirmou Paulo Octávio.

Após o período eleitoral realizado em outubro de 2006, esse é o primeiro Fórum do Consad realizado com os 16 novos secretários estaduais. Durante o Fórum, também foi realizada, como reza o estatuto, a eleição para presidente, e Geraldo de Vitto, secretário de Administração de Mato Grosso foi reeleito presidente do Consad. Ele lembrou aos novos membros que “os conselheiros, enquanto entidade, formam um grande grupo de amigos, despidos de vaidades de interesses regionais com foco na política de compartilhamento”, finalizou De Vitto.



Paulo Octávio, vice-governador do Distrito Federal; Geraldo de Vitto, presidente do Consad, e Valter Oliveira, secretário de Gestão do Ministério do Planejamento

Compartilhamento de experiências chega ao âmbito federal



Ricardo de Oliveira, vice-presidente do Consad; Márcio Moreira, deputado federal de Minas Gerais; Geraldo de Vítto, presidente do Consad; Paulo Bernardo, ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão; Valter Correia da Silva, secretário de Gestão do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

A proposta de alteração da atual Lei Geral de Licitações, que integra o Programa de Aceleração do Crescimento do governo federal, o PAC, está em tramitação na Câmara dos Deputados. O projeto, que foi elaborado em consenso entre o Ministério do Planejamento e o Consad, visa a agilizar os proce-



dimentos, aumentar a transparência e a eficiência das contratações governamentais. Durante o Fórum do Conselho, realizado em Brasília, o ministro do Planejamento, Paulo Bernardo, esteve presente e aproveitou a oportunidade para lembrar a parceria traçada com a entidade na elaboração do projeto e pediu que esse apoio continue sendo dado agora, no

momento em que o projeto segue para o Congresso. O relator, deputado federal Márcio Moreira, também esteve presente no Fórum e se mostrou preocupado com o pouco tempo que se tem para discutir e estudar o assunto, uma vez que o PL entrou em regime de urgência. "Mesmo com o pouco tempo, estou disposto a trabalhar muito", afirmou. O presidente do Consad, Geraldo de Vítto, esclareceu que o Consad fará um documento (moção de apoio) com as assinaturas dos secretários dos estados, declarando apoio ao projeto apresentado pelo relator. Para De Vítto, a postura do ministro do Planejamento foi de parceria e comprometimento com todas as discussões que dizem respeito a gestão.



Audiência pública abre discussão sobre licitação na Câmara

Já em ritmo acelerado de trabalho foi realizada no dia 14 de março, pela Comissão de Licitações e Contratos da Câmara dos Deputados, uma audiência pública para discutir a possível retirada da urgência do Projeto de Lei 7.709/07, que institui normas para licitações da administração pública.

Convidado pelo ministro do Planejamento, Paulo Bernardo, o presidente do Consad, Geraldo de Vitto, esteve presente juntamente com os secretários estaduais de Administração do Rio Grande do Norte, Goiás, Espírito Santo e Distrito Federal. Durante a sessão, o ministro disse que o governo aceita negociar a retirada da urgência do projeto. Para ele, o tema merece uma ampla discussão, mas sem que se estenda demais, a ponto de prejudicar a aprovação da matéria. Para Geraldo de Vitto, a audiência deixou claro que o projeto foi muito bem aceito pelos deputados. "Há apenas três temas pontuais que estão sendo debatidos, uma vez que todo o resto do procedimento já está sendo consolidado como sendo possível e viável", afirmou.



Paulo Bernardo, ministro do Planejamento; assessora da Câmara dos Deputados; deputado Tadeu Filippelli, presidente da Comissão, e deputado Márcio Moreira, relator da comissão

Grupo de Trabalho de Licitações e Contratos

O coordenador do GT de Compras, Licitações e Contratos, Ronaldo Ibarra Papa, apresentou um balanço das ações desenvolvidas pelo GT e pela Força Tarefa Consad X Ministério do Planejamento, evidenciando, na oportunidade, as principais inovações contempladas no projeto. Ao final da apresentação, Ibarra e Adriana Mendes de Castro, representante do Ministério do Planejamento, teceram comentários acerca do Projeto de Lei 7.709/2007, encaminhado para o Congresso Nacional.

Entre os principais pontos abordados no projeto,



estão a possibilidade de inversão das fases licitatórias; a utilização de meios eletrônicos em todas as modalidades de licitação; a inclusão de fase saneadora; a criação do Cadastro Nacional de Registro de Preços; a diminuição dos prazos e fases recursais; o uso das novas ferramentas tecnológicas para verificação da habilitação; a substituição da publicação em *Diário Oficial* por publicação em meio eletrônico, via internet, e o impedimento de pessoa jurídica de licitar e contratar com a administração pública, cujos diretores, gerentes ou representantes, inclusive quando oriundos de outra pessoa jurídica, estejam impedidos de licitar e contratar com a administração pública.

Atualmente, Ronaldo Ibarra e Keilismar Machado Fagundes, também integrantes do GT de Licitações, participam das audiências públicas pertinentes aos trabalhos desenvolvidos pela Comissão que analisa o PL 7.709/07.

Ronaldo Ibarra Papa, coordenador do GT de Licitações e Contratos, e Adriana Mendes de Castro, representante do MPOG

Grupo de Trabalho de Gestão de Pessoas



Dal-Isa Sguarezi - GT de Gestão de Pessoas

Criado em 2005, o grupo é formado por representantes de 12 estados – Acre, Alagoas, Bahia, Ceará, Espírito Santo, Goiás, Mato Grosso, Pará, Paraná, Piauí, São Paulo e Sergipe e mais o Distrito Federal. A coordenadora de Cargos Carreiras e Desempenho da secretaria de MT, Dal-Isa Sguarezi, apresentou o balanço das ações desenvolvidas pelo grupo. Os temas iniciais apresentados para discussão foram as funções

típicas e carreiras de Estado; remuneração: subsídios x remuneração por resultados; avaliação de desempenho; regime de emprego; terceirização e regras de responsabilidade fiscal sobre despesa de pessoal. Durante o ano de 2006, além do projeto sobre regulamentação do direito de greve do servidor, os trabalhos resultaram em projetos de emendas constitucionais referentes a subsídios da remuneração de resultados e revisão geral anual sobre a remuneração dos servidores públicos. Outro resultado apresentado pelo grupo é referente à minuta do projeto de lei sobre avaliação periódica de desempenho. Segundo Dal-Isa, a minuta é um instrumento de gestão muito eficaz quando se tem planos de carreiras. Para realizar a minuta foi feita uma pesquisa sobre a avaliação de desempenho em todos os estados. Este ano, a equipe está focando seu trabalho no mapeamento de remuneração dos estados, em projetos de saúde ocupacional e medicina do trabalho e também na regulamentação do direito de greve.

Regulamentação do direito de greve do servidor

O tema sobre direito de greve do servidor público foi destaque no Fórum do Consad. Após a apresentação do Grupo de Trabalho sobre o assunto, o ministro do Planejamento, Paulo Bernardo, convidou o Consad para trabalhar em conjunto a fim de finalizar um texto que regulamenta o direito de greve do servidor. A representante do grupo sobre o tema, Dal-Isa Sguarezi, apresentou a minuta e lembrou que a proposta foi elaborada com base em uma análise de como a ONU, União Européia, OIT, Europa, EUA e América Latina tratam o assunto, além da apreciação dos diversos projetos de lei sobre o tema que já tramitam no Congresso Nacional.

Muito simples e objetiva, a minuta busca regulamentar o que seria o direito de greve previsto na Constituição. A proposta deixa claro quem são as pessoas competentes para negociar prazos para se entrar em greve, punições, garantia da prestação do serviço público e a definição do que é serviço público essencial. A minuta vem com regras de representação, previsão de contratação temporária, direitos dos grevistas, abusos, sanções e a vedação da greve no período que antecede 180 dias das eleições. O ponto mais polêmico está ligado à competência



para regulamentar o tema e a questão da competência judiciária, tendo em vista os diversos regimes que existem nos estados.

O presidente do Consad, Geraldo de Vito, explicou que a minuta ainda não está fechada. O tema será agora debatido em conjunto com o Ministério do Planejamento, conforme deliberação definida no Fórum. De Vito ressaltou que o assunto afeta diretamente os estados e “por isso temos de ser atores de peso nessa discussão e não atores periféricos”, afirmou.

Grupo de Trabalho de Passagens, Diárias e Afins



Leila Casagrande - GT Passagens, Diárias e Afins

Com o foco na economia e na melhor forma de aquisição de diárias e passagens e afins, o grupo de trabalho que estuda o tema buscou identificar os estados que utilizavam sistemas informatizados e, com base neles, desenvolver um ou mais formatos que atendam às necessidades dos estados. Verificou-se que apenas três estados possuem um sistema informatizado. Para Leila Casagrande, membro do Grupo de Passagens, isso não é bom, pois a falta de um sistema informatizado impede o registro de preços e dificulta o controle da compra.

Devido às particularidades de cada estado em relação a quantidade de passagens aéreas adquiridas, o grupo verificou não ser viável criar um sistema único para todos. Portanto, foram disponibilizados os sistemas já existentes nos estados para que cada região, a partir de suas peculiaridades, escolha o mais adequado ao seu estado.

Em relação a valores, o grupo de trabalho deu início a uma negociação direta com as companhias aéreas e não mais via agência de viagens. Geraldo de Vitto, presidente do Consad, explicou que "a negociação feita pelos estados diretamente com a companhia passou a oferecer um significativo desconto na compra, e que seria possível avançar muito mais "se ao invés de usarmos o poder de negociação de um estado, usar-

mos o poder de barganha de todos os estados juntos", afirmou. E com esse objetivo, durante o Fórum em Brasília, De Vitto participou da reunião com uma das duas companhias aéreas já contatadas pelo grupo de trabalho. "Eles se mostraram interessados em criar uma tarifa especial para o poder público, fazendo uma negociação via Consad", finalizou De Vitto.

O grupo de trabalho irá realizar um levantamento detalhado sobre o dispêndio mensal de cada estado para só então fechar a negociação com as empresas aéreas.



Reunião do Consad com a empresa aérea Gol

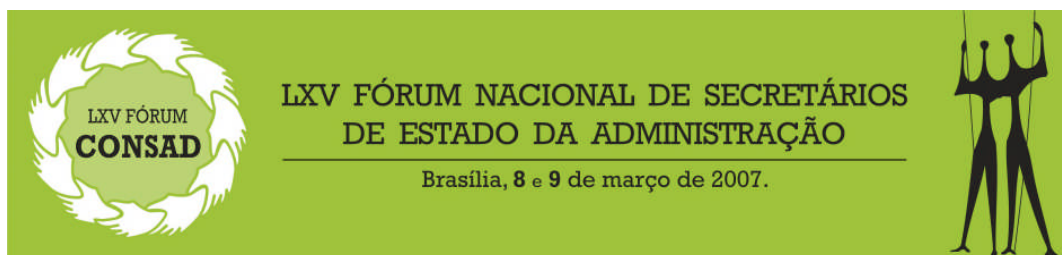
Formas e governabilidade: lições das experiências nacionais

Reorganizar a macroestrutura do Executivo à luz do conceito de Estado que norteia o modelo de gestão pública democrática. Essa foi a tônica da palestra do secretário de Gestão do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Valter Correia da Silva, durante o LXV Fórum do Consad. O secretário destacou que um dos focos desse trabalho tem sido a estruturação de um programa nacional de contratualização de desempenho institucional e a adoção de novos mecanismos no combate à corrupção, além do fortalecimento da gestão dos estados. "O nosso objetivo é acabar com a antiga disputa entre as unidades da federação e transformá-la numa competição saudável", afirmou.



Valter Correia da Silva, secretário de Gestão do MPOG

CARTA DE BRASÍLIA



O Conselho Nacional de Secretários de Estado da Administração (Consad) reuniu-se em Brasília, nos dias 8 e 9 de março de 2007, para a edição do LXV Fórum Nacional de Secretários de Estado da Administração. Após apreciação de relevantes temas sobre a administração pública, e considerando a importância do momento em que o cenário político indica mudanças dos atores responsáveis pela construção e implementação de um novo modelo de gestão pública fomentado pelas Unidades Federadas, o Consad vem a público reafirmar princípios e apresentar as seguintes conclusões, deliberando:

- Apoio às ações do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, relativamente à mobilização das bancadas estaduais, com vistas à aprovação do Projeto de Lei 7.709/2007, que altera dispositivos da Lei 8.666/93 que regulamenta o artigo 37, inciso XXI, da Constituição, que institui normas para licitações e contratos da administração pública, especialmente porque o Projeto de Lei 7.709/2007 encaminhado ao Congresso Nacional contempla itens da proposta elaborada pelo Consad.
- Sobre a necessidade de aprofundar o debate com o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, a fim de buscar entendimento para a regulamentação do direito de greve do servidor, balizando os itens e temas relevantes ao Consad.
- Trazer o tema Gestão Pública à pauta nacional, mediante a realização de seminários e ciclos de palestras, convidando (agregando) o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Congresso Nacional e outras instituições a participar da discussão juntamente com o Consad.
- Pela aproximação da instituição com o Poder Judiciário no sentido de estabelecer estratégias enfocando o papel da Justiça na apreciação da legislação sobre o servidor e o impacto para os entes federados.

Geraldo Aparecido de Vitto Junior

Presidente do Consad

